

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 6516/2016

Recrutamento de um Assistente Técnico (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, no Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar um Assistente Técnico (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções no respetivo Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

- a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b) Ser detentor/a da carreira/categoria de Assistente Técnico;
- c) Considerando que, está sujeito a parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública a mobilidade de trabalhadores de órgãos e serviços das administrações regionais e autárquicas para os restantes órgãos ou serviços aos quais é aplicável a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, não serão admitidas, ao presente procedimento de recrutamento, candidaturas de trabalhadores oriundos da Administração Regional ou Autárquica.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:

Incumbe ao Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios da Direção-Geral da Política de Justiça o desenvolvimento das competências definidas no Despacho n.º 16290/2012, de 21 de dezembro.

III — Perfil pretendido:

- a) Experiência profissional na área financeira;
- b) Experiência na utilização de folhas de cálculo;
- c) Facilidade em trabalhar com aplicações informáticas;
- d) Capacidade para trabalhar em equipa;
- e) Conhecimentos dos meios de resolução alternativa de litígios como fator preferencial;
- f) Experiência prática de atendimento ao público como fator preferencial.

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus da Justiça, 1990-097 Lisboa.

V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto “Recrutamento por mobilidade”, dirigido a:

Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3
Campus da Justiça
1990-097 Lisboa

VI — Remuneração:

Nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de abril, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2016, que prorroga os efeitos do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2015, o pagamento da remuneração é efetuado pela posição remuneratória correspondente à situação jurídico-funcional de origem em que o trabalhador se encontra.

VII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem caráter eliminatório, pelo que apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/ Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

11 de maio de 2016. — A Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, *Susana Antas Videira*.

209580173

CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6860/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como chefe do meu gabinete a licenciada Ana Rita Barroso Machado Sá Marques, técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural, atualmente em regime de mobilidade interna na Secretaria-Geral da Presidência da República.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 14 de abril de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de abril de 2016. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Ana Rita Barroso Machado Sá Marques
Data de nascimento: 24 de setembro de 1961
Local de nascimento: Lisboa
Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações académicas:

Frequência do Mestrado em Comunicação, Cultura e Novas Tecnologias, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), da Universidade Técnica de Lisboa, tendo obtido a pós-graduação (1999-2000)

Licenciatura em Antropologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a média final de 15 valores (1988)

Experiência profissional:

Museu Nacional de Etnologia (1987-88)
Museu Nacional do Traje (1989-91)
Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1991-1993)

Museu Nacional de Etnologia (1993-2001)
Diretora de Serviços do Departamento de Artes Visuais, do Instituto de Arte Contemporânea. Representante do Instituto de Arte Contemporânea no Conselho Consultivo do Instituto Português de Museus e representante do Ministério da Cultura na Comissão Permanente de Avaliação do Mérito Cultural (2001-2003)

Técnica superior do Instituto Português de Museus, a exercer funções na Direção de Serviços de Museus (2003-2004)

Diretora de Serviços de Ação Cultural Externa, do Instituto Camões, I. P. (2004-2010)

Técnica superior do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., a exercer funções no Departamento do Património Móvel (2011)

Museu Nacional de Arte Contemporânea/ Museu do Chiado/Casa Museu Anastácio Gonçalves (2011-2015)

Museu da Presidência da República (desde 15 de abril de 2015)

209585844